

6

6

DEZEMBRO 1980

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO  
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

# CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DEZEMBRO 1980

Nº 6

## Sumário

### ARTIGOS:

ESTRUTURA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL . . . . .	1
Bernardo Sorj	
AUTORITARISMO, INTERVENCIONISMO ESTATAL E CONTROLE DO EXECUTIVO . . . . .	15
Fábio Wanderley Reis	
FRANCISCO CAMPOS, ONTEM E HOJE: Reflexões sobre o autoritaris- mo brasileiro . . . . .	33
Jarbas Medeiros	
CLASSES SOCIAIS, ESTRUTURA DE PODER E COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SUL DO BRASIL . . . . .	53
Odacir Luiz Coradini	
ORA PÍLULAS – UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL . . . . .	77
Marcos A. E. L. S. Coimbra	
ESTRUTURA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS . . . . .	95
Malori José Pompermayer	

**ESCREVEM NESTE NÚMERO:**

BERNARDO SORJ, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Sociologia pela Universidade de Manchester

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor e, Ciência Política pela Universidade de Harvard.

JARBAS MEDEIROS, professor do Departamento de Ciência Política, concluindo doutorado pela École Pratique des Hautes Études.

ODACIR LUIZ CORADINI, professor da Faculdade de Ciências Sociais de Ijuí, Mestre pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

MARCOS ANTÔNIO E.L. DE SALVO COIMBRA, professor do Departamento de Ciência Política, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília-DF

MALORI JOSÉ POMPERMAYER, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford.



As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.



**Endereço para correspondência:**

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da UFMG  
Rua Carangola 288, 3º andar  
30.000 – Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

**FRANCISCO CAMPOS,  
ONTEM E HOJE  
(REFLEXÕES SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO)**

*Jarbas Medeiros*

Conferência pronunciada na Universidade de Brasília, a 19 de abril de 1979, no curso sobre "Pensamento Político Brasileiro" promovido pelo Decanato de Extensão daquela Universidade.

**NOTA INTRODUTÓRIA**

O presente texto, apesar da amplitude de sua pretensão, qual seja, a de investigar as possíveis correlações entre o pensamento político liberal-democrático e o fascismo e, no caso brasileiro, a simbiose de ambos no nosso chamado autoritarismo, que teve em Francisco Campos certamente seu principal e mais competente formulador, tem no entanto um alcance modesto.

De fato, não pretendemos aqui senão anunciar exploratoriamente, mesmo de forma um tanto vaga, uma linha de raciocínio que busca mais aproximar do que distinguir o liberalismo democrático do fascismo (este podendo ser considerado em suas inúmeras nuances). Buscamos apresentar o nosso autoritarismo contemporâneo (ou seja, a partir dos anos 30), como uma simbiose de ambos – uma fórmula ideologicamente muito apropriada, na tradição brasileira, ao conjunto dos interesses de nossas classes dirigentes, historicamente consideradas.

A perspectiva que possibilitaria a aproximação liberalismo/fascismo, estaria na “missão histórica” essencial, intrínseca e comum a ambos, ou seja, a organização e a efetivação da luta antisocialista e contra-revolucionária, partindo do fato histórico que talvez tenha definido a personalidade de nosso século — a revolução soviética de 1917. Desde então, acreditamos, não se pode mais pensar a ideologia do mundo ocidental capitalista, como conjunto, nos mesmos termos e dentro dos mesmos padrões teóricos anteriores àquele evento revolucionário.

Assim, o surgimento do fascismo e sua permanência até nossos dias, embora já hoje desvinculado e desarticulado de formas nacionais de regime político, teriam provocado uma profunda e talvez irreversível transformação no liberalismo democrático, passando este a assumir, teórica e/ou praticamente, conceitos e posições fascistas ou quase-fascistas. Isto teria ocorrido sobretudo a partir do término da Segunda Grande Guerra, pelo fato mesmo da derrota militar do nazifascismo em suas formas nacionais alemã e italiana.

Em nosso caso, a trajetória política de Francisco Campos e o desdobrar, no tempo, de seu ideário em um período histórico que cobre pelo menos cinquenta anos (1920-1970) seriam, por si só, bastante ilustrativos de como nossa histórica ideologia nacional, o autoritarismo, teria realizado com êxito a simbiose extremamente atual.

A bibliografia, ao final, refere-se preferentemente às obras políticas de Francisco Campos. As citações no presente texto, foram, salvo as exceções assinaladas, extraídas de *Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945* (FGV, 1978), de nossa autoria.

## 1 – O SURGIMENTO DA URSS E A CONSEQÜENTE “CONFUSÃO” DA IDEOLOGIA BURGUESA

Em datas relativamente recentes, ou seja, a partir dos anos 20, quando surgiram o fascismo e movimentos políticos a ele assemelhados ou aparentados, como o nacional-socialismo alemão e outros, havia de certa forma a tendência, por parte de anti-fascistas de toda espécie, à uma confusão, certamente bastante simplista, entre fascismo e ditaduras autoritárias e/ou totalitárias ocorrentes naqueles anos. À estas duas últimas formas de regime opor-se-iam, de um lado, a liberaldemocracia e, de outro lado, o socialismo soviético.

Passadas algumas décadas, percebe-se que tanto o campo teórico, quanto a arena política, sofreram um processo agudo de maior confusão de fronteiras e limites teóricos e políticos. O corte teórico entre fascismo e liberal-

democracia, antes aparentemente nítido, parece ter evoluído no sentido de um conceito híbrido e sintético de “democracia autoritária”.

A origem desta confusão parece encontrar-se no fato do surgimento revolucionário do primeiro país socialista do mundo, a União Soviética. O bolchevismo leninista — um dos caminhos da revolução socialista mundial —, realizou um salto histórico de tremenda importância e, ao que tudo indica, passou a configurar, daí para a frente, a personalidade política de nosso século.

Realmente, foi com o êxito da revolução soviética que o conjunto do mundo capitalista, representado pela articulação dos países “adiantados” e “progressistas” com a cadeia de países “atrasados”, coloniais, semicoloniais e dependentes, se viu, pela primeira vez na história, confrontado com um país e com um regime político, que se propunha a alterar radicalmente a ordem capitalista e burguesa até então prevalecente e tida como a única ordem natural ou seja a única ordem política, econômica, social e cultural instaurada segundo a “natureza das coisas”, a única ordem “real”, enfim. A “realidade” era, em si, burguesa e capitalista, e enfrentar e contestar os valores e o modo de produção capitalistas era uma forma “irresponsável”, “irrealista” de utopia, senão mesmo de loucura.

A primeira reação política do capitalismo contra a emergência do socialismo soviético foi a intervenção militar — recurso que jamais deixou de ser usado no futuro, em ocorrências semelhantes, seja de forma ostensiva ou disfarçada. Fracassado o recurso, buscou-se o “cerco” e o cordão de isolamento internacional, o qual durou até praticamente a segunda grande guerra. O isolamento se rompe quando as potências capitalistas democrático-liberais, a partir de uma estratégia militar, se aliam à União Soviética para o combate às potências capitalistas nazifascistas, reunidas sob o rótulo de “Eixo”. No jogo das rivalidades e concorrências intra-capitalistas, o “Eixo” representava um perigo maior às nações democrático-liberais, capitaneadas pelos anglo-saxões.

Esta aliança, de preponderância militar e aparentemente incoerente do ponto de vista ideológico expressou uma virada histórica de irreversíveis conseqüências. Mostrou, por exemplo, que a separação de campos, em todos os níveis, e a cisão até então prevalecente entre dois blocos, o capitalista de um lado e o socialista de outro, não eram assim tão definitivas, tão rígidas quanto se supunha, mas, ao contrário, mostravam-se vulneráveis e flexíveis: alianças “cruzadas” e invertidas, de ordem política e militar, pareciam perfeitamente possíveis entre campos até então tidos como inimigos para sempre irreconciliáveis. De certa forma, não seria abusivo afirmar-se aqui que uma

das linhas políticas da III Internacional Comunista, a da aliança entre socialistas e democratas para combaterem o fascismo, — embora haja experimentado fracassos ao nível de tantas nações (no caso brasileiro, a Aliança Nacional Libertadora) —, acabou por triunfar, a nível mundial, com a eclosão aberta, bélica, das contradições capitalistas.

E ainda: o nazi-fascismo, derrotado militarmente pela aliança entre liberais democratas e socialistas, perdia para sempre sua bandeira de “último reduto” na luta mundial contra o bolchevismo. De fato, o nazi-fascismo se apresentava como a única possibilidade, o “remédio final”, interna e externamente às suas fronteiras, de “contrariar”, e de reverter a marcha dos acontecimentos, que era por ele vista como uma desabalada e apocalíptica corrida em direção ao comunismo. Para tanto, visando fundamentalmente a mobilização política e militar (e para-militar) de todos os setores e estamentos das classes dirigentes e suas laçadas de sempre, o nazi-fascismo, ao se colocar como o “último baluarte” (pois que, para ele, a liberaldemocracia mantinha um “conluio” secreto com o bolchevismo, traindo, desta forma, os verdadeiros interesses da civilização ocidental cristã), buscava, em função desta posição, se apresentar como um projeto social, econômico e cultural que se supunha o estágio mais dinâmico e mais moderno do desenvolvimento capitalista global.

Fazia-se passar, assim, como o representante máximo de toda a tradição cultural e histórica do Ocidente. O nazi-fascismo não se queria apenas mais um modelo de regime político. Pretendia-se o “salvador” universal da raça branca, do capitalismo e dos valores culturais e humanísticos da civilização ocidental cristã, no que, afirmava ele, ela possuía de melhor. Em vista desta seleção para “o melhor” impunham-se drásticas e violentas “depurações”, as mais amplas possíveis, da economia à cultura e que, simplificada-mente, se resumiam na eliminação policial-militar da liberaldemocracia, em todas as suas formas, sobretudo políticas e ideológicas, e do socialismo, em quaisquer de suas formas de organização. Socialismo e liberaldemocracia, na ótica ideológica nazi-fascista, eram “desvios”, “alucinações”, “deturpações”, “absurdos” e “contradições suicidas” da civilização ocidental, a qual ele, nazi-fascismo, pretendia restabelecer e revalidar.

Mas as contradições intra e inter-capitalistas (a segunda grande guerra teve início, afinal, entre potências capitalistas exclusivamente) acabaram por conduzir o mundo à um conflito bélico de grandes proporções, opondo nações capitalistas entre si. Entre outros, um dos resultados parece ter sido o de sepultar, ao menos como doutrina política explícita, a níveis nacionais, as esperanças e os sonhos nazi-fascistas.

Com o desaparecimento do nazi-fascismo, em sua especificidade dos

anos 20 e 30 (e os regimes para-fascistas que sobreviveram, como o franquismo e o salazarismo, acabaram também por sossobrar), a bandeira e as tarefas, a “missão histórica” enfim, do “último reduto” do mundo ocidental capitalista e burguês tomou o rumo das nações liberal-democráticas, capitaneadas agora pelos Estados Unidos, que se arvoraram, significativamente, em “polícia do mundo”, um papel até então pretendido pelo III Reich. Os Estados Unidos, para preencherem o vazio aberto com a queda do fascismo, saltaram de seu tradicional isolacionismo e de seu monroísmo para um papel de total participação e ingerência nos problemas mundiais.

A aliança militar estratégica entre as potências liberais e a União Soviética logo se rompeu, iniciando-se a chamada política da guerra-fria. O momentâneo idílio entre democracia liberal e socialismo havia determinado. As intervenções militares e quase-militares norteamericanas se sucedem, quase sem interrupção, até o recente conflito vietnamita.

O problema que se colocava então, desde o final da segunda guerra, para as potências liberal-democráticas, era o de como conciliar um combate sem tréguas ao socialismo, na sua versão marxista-leninista, sem que se recorresse novamente ao nazifascismo, ou seja, um combate a partir da sustentação e do revigoramento, ao nível ideológico, dos valores democrático-liberais.

Afinal, o nazi-fascismo, não obstante a sua eficiência, do ponto de vista burguês, em impor, drasticamente, a ordem interna contra socialistas e liberais; em silenciar os sindicatos; em limitar a Igreja em seus projetos sociais; em tornar o Estado todo poderoso (o “Estado Forte”, “de autoridade”), facilitando assim, extraordinariamente, a implantação de políticas antiinflacionárias; em mobilizar a juventude através da cultura física e da exaltação nacionalista e entrelaçar objetivos civis e militares em um só projeto político e social, não obstante tudo isto, o nazifascismo havia se mostrado desastroso, a médio e a longo prazo, por sua belicosidade e violência intrínsecas, interna e externa às suas fronteiras nacionais, o que o levava a auto-destruir-se, com o sacrifício de todo o seu povo e a ruína de suas respectivas nações. O holocausto da segunda grande guerra, armada e deflagrada por ele, comprovava o seu fracasso histórico.

O apocalipse, afinal, não chegara pelas mãos e pela iniciativa dos socialistas, mas sim através da própria reação “salvadora” nazifascista, dentro mesmo do mundo capitalista. E ainda mais: o socialismo, o principal alvo a ser destruído pelo nazifascismo, saía da guerra mais fortalecido ainda.

## 2 – O FASCISMO “REVITALIZA” A LIBERALDEMOCRACIA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

Mas o que nos interessa aqui mais diretamente são as conseqüências, no plano ideológico, para o pensamento liberal-democrático, ocasionadas pelo advento e a superação do nazifascismo. Tanto na primeira fase, a do advento, quanto na segunda, a da superação, parece-nos que o pensamento liberal-democrático foi profundamente abalado.

Por outro lado, a expansão praticamente ininterrupta do socialismo, à escala mundial, continuava a colocar em xeque a estabilidade e a segurança do mundo capitalista, com seus postulados doutrinários de tolerância; de livre crítica e reivindicação; de respeito à opinião pública; de liberdade econômica e político-partidária; de equilíbrio entre os três poderes governantes; de respeito e acatamento aos direitos do homem etc..

Os remédios clássicos meramente constitucionais, como o estado de sítio e, posteriormente, o de emergência, pareciam não mais alcançar seus objetivos de repor a ordem social, atravessada desde então por uma crise endógena, fruto das próprias contradições do capitalismo, e que, além de ser bastante ampla e abrangente, cobrindo todo o espectro societário, mostrava-se também permanente. Os esforços de Carl Schmitt para conciliar ordem constitucional, Estado Forte e Princípio do Chefe resultaram, afinal, em nada, face ao empirismo despótico, imediatista e arbitrário do Führer.

À época da emergência do nazifascismo, a contestação, quase sempre discreta, cautelosa e polida da intelectualidade liberal-democrata ao fascismo (aquela intelectualidade que não fora por ele cooptada) era quase que invariavelmente respondida pelos doutrinadores fascistas com irreverência, audácia, sarcasmo e vitupérios. A superação militar do nazifascismo acabou com este atrito. Mas a transferência para as mãos da liberaldemocracia da “missão histórica” do combate ao socialismo impulsionou-a no sentido de uma reavaliação em termos, à uma assimilação parcial e a uma recuperação mais ou menos dosada das teses e dos postulados, teóricos e práticos do fascismo.

Para os países semicoloniais e dependentes do sistema capitalista esta “conciliação” de conceitos e práticas políticas liberaisdemocráticas com aqueles outros próprios ao fascismo não representava tarefa muito espinhosa, posto que por força de suas próprias condições de semicoloniais e dependentes já viviam de fato sob regimes e ideologias híbridas de ditatorialismo, autoritarismo e liberalconservadorismo. Mas para os países desenvolvidos e hegemônicos do sistema, a “conciliação” se tornava bem mais difícil porque, sobretudo, lhes parecia importante resguardar e vivificar a força e a integridade

de de suas ideologias democráticas, coetâneas à própria fundação destes países como nações.

Esta conciliação, ao que nos parece desde o final da segunda grande guerra até nossos dias, vem sendo de fato realizada através de avanços e recuos da prática política e da teoria liberaldemocrática. Estes avanços e recuos se evidenciam na alternância, tanto ao nível do sistema capitalista como um todo, como ao nível das nações, tomadas isoladamente, de períodos de relativa liberalização política com períodos de ostensivo ou relativo autoritarismo ditatorial e/ou totalitarismo.

Para o caso dos países dependentes e semicoloniais, a história latino-americana nos últimos quarenta anos é especialmente significativa. Por outro lado, nos países desenvolvidos, a alternância pendular, que da política de guerra-fria e o macartismo foi à política da coexistência e da distensão, e, mais recentemente, que da teoria da guerra antiinsurrecional (Vietnã) chegou à atual política dos direitos do homem, poderá talvez comprovar nossa hipótese.

A assimilação do legado ideológico e político do fascismo pela liberaldemocracia poderia ser vislumbrada nas políticas que ela vem instaurando, praticamente à escala de seu sistema mundial, de crescente e cada vez mais estrito e apertado controle *social*; de sofisticação das medidas institucionais de atemorização e de repressão; de sutis manobras de cooptação ou de marginalização de dissidentes e contestadores de todas as espécies; de padronização de comportamentos, individual e coletivo, através das chamadas técnicas de manipulação de massas; de centralização política e de estatização de índole corporativista e etc.. É sabido que este conjunto de políticas foi engenhosamente aperfeiçoado e sistematizado pelo nazifascismo, com apelo ao “social” e ao “moderno”, visando à distribuição de justiça social e à eficiência econômica e tecnológica.

Acreditamos que não se deva mistificar demasiadamente a antinomia liberaldemocracia/fascismo. Sem que assuma o discurso de Mussolini, ele é no entanto bastante significativo, eis que, em 1934, à procura de um paralelo entre as idéias e a política corporativista fascista e aquelas do New Deal, de Roosevelt, afirmava: — “Muitas pessoas, tanto na América como na Europa, têm perguntado que dose de ‘fascismo’ existe na doutrina e na maneira de proceder do Presidente Roosevelt”, para concluir: — “A atmosfera em que se move todo o sistema doutrinário e prático é, certamente, semelhante à atmosfera do Fascismo, porém seria exagero dizer mais” (Roosevelt e o Fascismo, em *Aspectos da Crise Mundial*, Ed. Arturo Vecchi, Rio, 1934, pp. 140-141).

O que nós desejamos frisar é que, a partir da emergência do fascismo nos anos 20, entre períodos de convivência e de confronto, sempre houve

um determinado intercâmbio ideológico e político, nem sempre reconhecido, entre a liberaldemocracia e o fascismo. O desaparecimento militar do fascismo, em um certo sentido, “facilitou” à liberaldemocracia a assimilação, teórica e prática, de inúmeros princípios fascistas, agora adaptados pelo discurso liberaldemocrático, visando aos mesmos objetivos e à mesma “missão histórica” de impedir, por todos e quaisquer meios, a evolução e a revolução socialista mundial.

### 3 – RUY E A “ANGÚSTIA” LIBERAL

O autoritarismo brasileiro, mais do que secular entre nós, coevo à formação de nosso País, desde seus tempos de colônia, tem sido a ideologia e o regime político e social *de fato* de nosso liberalismo imperial e republicano.

A emergência do fascismo, nos anos 20 e 30, se não converteu de todo nosso autoritarismo ao modelo fascista, reforçou-o consideravelmente, ampliando-o e o enriquecendo sobremaneira, dando-lhe fôro de modernidade e de sintonia com a época.

Já o nosso liberalismo, tanto neste período, quanto em toda a nossa história, não havia sido senão uma seqüência de frustrações, dedesilusões, de iniciativas natimortas, de meios-caminhos, de conciliação e de concessões, de tolerância conformista, de recuos e de longos períodos de completo ostracismo.

Extremamente significativa e de certa forma definitivo é o exemplo de um dos maiores apóstolos, senão mesmo o maior, de nosso liberalismo, quando se defrontou, bem no início dos anos 20, com o novo quadro de realidades mundiais criado com a revolução soviética. Referimo-nos a Ruy Barbosa, com seu gesto profundamente simbólico de renunciar ao seu mandato senatório, pelas razões que se seguem e que, para nós, marcou decididamente o caminho posterior de nosso liberalismo – um caminho de renúncias, de perplexidades, de hesitações, de passividade e de contradições.

Eis o que dizia Ruy já em 1921 em seu discurso de renúncia: “Ninguém hoje pode invocar a revolução como porto seguro da Liberdade. Nesses surgidouras insidiosos ninguém sabe o que a espera. Massas disformes atacam o acesso a eles; formas extranhas e tenebrosas lhes cercam a estrada... Quem se poderia responsabilizar, hoje, por um movimento popular, uma vez solto? Quem poderá ter confiança em o dirigir, uma vez declarado? Enquanto as revoluções eram políticas, tinham praias que as circundavam, e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas),

todas beiram nesse Mar Tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do mundo contemporâneo”. E a seguir, situando-se: “Vendo, por outro lado, que os interesses oficiais da política brasileira, senhores absolutos do país, estão invencivelmente coligados em negar a revisão constitucional; crendo que essa resistência desvairada nos levará, proximamente, à revolução, e sabendo que as revoluções, nesta fase climatérica da história da humanidade, levam a rumos desconhecidos –, julguei-me coacto entre as pontas de um dilema, que me obrigaria ou a emudecer na tribuna, ou a, procedendo com desassombro, concorrer para a violência das reivindicações, a cuja extensão ninguém, depois, lograsse traçar extremos. Para não me sujeitar a nenhuma de tais alternativas, dissimulando com a consciência, ou envolvendo-a em responsabilidades, que ela rejeitava, devolvi ao eleitorado o mandato senatório, que já não podia exercer, como o entendo” (*Jornal do Commercio*, 31-7-2921, p.3).

O dilema de Ruy, parece-nos, foi e continua sendo o de nosso liberalismo.

### 4 – RUY E CAMPOS, LIBERALISMO E AUTORITARISMO

A mesma preocupação que obsecava o liberal Ruy Barbosa, a ponto de levá-lo à renúncia de seu mandato efetivo, também constituía, à mesma época, o eixo do pensamento político do autoritário Francisco Campos, então, início dos anos 20, começando sua carreira política.

Alguns poucos anos antes, já anunciara Campos: – “O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações”. E nos anos 20, já Deputado Federal, opositor ferrenho do “tenentismo” e das pregações liberais de Assis Brasil, (a quem chamava de “demagogo”) assinalava: “Nestes períodos críticos de dissolução de um estado social e de liquidação de tradições é que é preciso conter os espíritos, refrear os impulsos, apertando as malhas desta armadura elástica, que é a ordem legal, de maneira a tornar mais rigorosa e estrita a disciplina quanto mais ativos os fermentos que trabalham pela decomposição”.

O mesmo receio de Ruy quanto à emergência de revoluções: “Que abalos, se este movimento (a sedição militar tenentista) se propaga, sacudiriam o País, fazendo emergir ninguém sabe que correntes de sentimentos, de idéias ou de paixões desses fundos submarinos da alma nacional, cujos agregados, subitamente dissolvidos, libertariam poderosas energias, menos capazes de criar do que destruir? (*Antecipações à Reforma Política*, pp. 13, 228 e 184).

A descrição de sua trajetória, de um lado, e um resumo de suas idéias, de outro, nos ajudarão certamente a configurar o pensamento político autoritário brasileiro, em uma de suas melhores formulações, mais precisas e mais importantes, porque levada a efeito por um ideólogo que acumulava, simultaneamente à sua condição de professor universitário, também a de jurista, e mais a responsabilidade de mandatos eletivos e uma participação, em alto nível, na burocracia estatal.

A sua trajetória ideológica nos evidenciará a permanente simbiose autoritarismo/liberalismo que vem contemporaneamente estruturando nosso pensamento político dominante.

### 5 – A TRAJETÓRIA DE CAMPOS

Nos anos 20, Campos cumpre mandatos parlamentares como Deputado, defende ardorosamente a República Velha contra a ofensiva liberal e tenentista; ao final da década, exerce cargo administrativo, uma Secretaria de Estado em Minas onde promove reformas modernizantes do ensino; nesta mesma época, no bojo da conspiração (sob consignas liberais, “Representação é Justiça”) para derrubar a República Velha (à qual servira), alia-se sob a bandeira de Vargas (que também servira ao Presidente Washington Luiz como Ministro da Fazenda), ao mesmos tenentes e liberais que há pouco combatera; é membro integrante, uma vez vitoriosa a Revolução de 1930, de seu primeiro governo, como Ministro da Educação e Saúde; tenta, quase de imediato fundar, sem sucesso, a partir de Minas, um movimento de massa tipicamente fascista, a Legião de Outubro (camisas-pardas); na fase de reconstitucionalização do País, que se abre em 1933, disputa, sem êxito, um mandato parlamentar federal; ao longo da década participa com destaque, seja como Ministro da Educação e Saúde, seja depois como Ministro da Justiça (durante grande parte do Estado Novo) da modernização institucional do Estado brasileiro, seja através da Reforma de Ensino (quando, em certos aspectos, assumiu posições “avançadas”, a ponto de ser acusado de “ecletico” e de “contaminação materialista” pelo então idólogo católico conservador Alceu Amoroso Lima, em “Debates pedagógicos”, p. 7 a 28), seja através da Reforma Jurídica, que renovou e reconstruiu o aparato jurídico do País; foi autor da Constituição autoritária de 1937, vigente durante o Estado Novo; rompe por volta de 1942, com o Estado Novo; em 1945, por ocasião da queda deste, concede entrevista fazendo a crítica do regime estadonovista (e, de certa forma, sua própria autocrítica), a partir de princípios neoliberais conservadores; do pós-guerra até sua morte (1968) conserva seu anti-socialismo radical e extremado (que é de toda a sua vida), combinando-o com um

liberalconservadorismo; torna-se, eventualmente, um crítico sombrio e céptico do nacionalpopulismo de Juscelino, condenando sua política industrializante e inflacionária; condenará, posteriormente, de maneira mordaz e veemente, as Reformas de Base do Governo João Goulart.

Neste período (1945/1968), manifesta-se contrário à Reforma Agrária, a qualquer necessidade de sua política especificamente voltada para a redistribuição da renda, nega qualquer processo espoliativo do capital estrangeiro entre nós, assinalando, ao contrário, sua contribuição histórica positiva para o nosso País; procura mostrar que o abuso do poder econômico era, de fato, exercido pelo Estado, ataca o monopólio do petróleo, justamente porque estatal e vê na inflação o verdadeiro processo espoliativo e desarticulador de nossa economia e de nossas finanças, atribuindo-o “à ignorância, à preguiça, à leviandade, ao delírio de grandeza, à irresponsabilidade dos nossos homens públicos”; assinala que a crise da economia brasileira fora causada por um acelerado e dinâmico processo de urbanização e por um desenvolvimento industrial vicioso. Daí a espiral de salários e preços e a inflação, com sérias conseqüências sociais e políticas. Critica a política cambial: “Evidencia-se desta maneira que no caso se dá simplesmente uma transferência de riqueza da economia dos importadores (comerciantes e industriais), sem que resulte para o público a vantagem que consistiria em poder adquirir pelos preços de mercado mundial os artigos essenciais... que ainda não está em condições de produzir”.

Mantém como critério de análise histórica o comportamento das elites: “A direção tomada pelo nosso sistema econômico foi a que lhe imprimiu a vontade dos homens, mediante intervenções quase sempre inoportunas ou inadequadas”.

Propõe, como solução para os nossos problemas econômicos, a “decisão heróica de restaurar a agricultura” e o “restabelecimento do princípio da livre empresa e da livre concorrência”. Parece mesmo advogar o “destino agrícola do Brasil: “Devemos levar mais longe a nossa ambição que, neste caso, coincide com o nosso dever de contribuir, como detentores de um dos maiores patrimônios territoriais do mundo, para aliviar o estado da tensão, que se agrava dia a dia, entre uma população mundial em crescimento vertiginoso e uma agricultura em que se fazem sentir de modo cada vez mais acentuado o rendimento decrescente das áreas cultivadas e a diminuição das áreas ainda em reserva”.

Faz, então, uma apreciação retrospectiva do Brasil: “Assisti, no curso de minha vida... a passagem do Brasil de uma semi-Idade Média ao nível dos países mais progressistas do mundo... até aqui subsistimos com honestidade e decência, embora em grande parte de maneira manifestamente pouco sa-

tisfatória para a maioria de nossa população, alimentada, vestida e abrigada em níveis sabidamente marginais, senão ou quase submarginais”.

Campos mantém sua “visão apocalíptica” do mundo e da história quase nos mesmos termos da década de 30: “Continuará a se desenvolver o círculo vicioso de uma espiral de inflação e de greves... até que se anunciem para nós ou para nossos descendentes ‘aqueles tempos terríveis e sem Imperador’, a que aludia o profeta, talvez sentindo a aproximação de nosso tempo de caos e de catástrofes, de subversão da lei e da justiça e, sobretudo, da ausência de guias inspirados no amor dos homens e de Deus”.

Em 1964, Campos colabora com os militares, confeccionando parcialmente o Ato Institucional nº I, que em seu bojo delimitava um prazo certo para a vigência da situação de exceção política que então se abria.

De todo o exposto, percebe-se como, a exemplo de qualquer ideologia, a correlação brasileira fascismo/autoritarismo/liberalismo sofre também suas oscilações, seus reajustes, tem suas marchas e contramarchas, seus períodos históricos de expansão e de retração face aos condicionamentos políticos nacionais e internacionais.

## 6 – O IDEÁRIO DE CAMPOS

O conjunto das idéias políticas de Francisco Campos, nos anos 30, pode, a nosso ver, ser assim sintetizado e categorizado:

a) Uma visão apocalíptica daquele período: “Esse mundo está mudando à nossa vista, e mudando sem nenhuma atenção para com as nossas idéias e os nossos desejos. Nele a nossa geração não encontra resposta satisfatória às questões que aprendeu a formular, nem quadram as soluções que lhe foram ensinadas... Os valores consagrados foram postos em dúvida, sem que se fizesse a sua substituição por outros valores... (uma) situação que muda segundo uma razão que ainda não conseguimos fixar... O que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica... Nunca falhou em tão grande escala a confiança humana na coerência do universo do pensamento e do universo da ação”; alude ao “demônio do tempo”; “...desarrumamos o sistema de valores que constituía a nossa herança espiritual”.

b) Uma visão da sociedade moderna como “sociedade de massas”; “O Estado de massa gera a mentalidade de massa... O indivíduo não é uma personalidade espiritual, mas uma realidade grupal, partidária ou nacional... A vida política, como a vida moral, é do domínio da irracionalidade e da ininteligibilidade... Somente o apelo às forças irracionais ou às formas elementares de solidariedade humana tornará possível a integração total das massas hu-

manas em regime de Estado... O mito é o meio pelo qual se procura disciplinar a utilizar essas forças desencadeadas... Quem quiser saber qual o processo pelo qual se formam efetivamente, hoje em dia, as decisões políticas, contemple a massa alemã, medusada sob a ação carismática do Führer”.

c) Uma visão do Estado moderno como Estado autoritário e antiliberal: “Os Estados autoritários não são criação arbitrária de um reduzido número de indivíduos: resultam, ao contrário, da própria presença das massas... A entrada das massas no cenário político... traduz-se... pelo divórcio, hoje confessado, entre a democracia e o liberalismo... O clima das massas... não obedece às regras do jogo parlamentar e desconhece as premissas racionalistas do liberalismo... As decisões políticas fundamentais são declaradas tabu e integralmente subtraídas ao princípio da livre discussão. O sistema constitucional é dotado de um novo dogma, que consiste em pressupor, acima da Constituição escrita, uma Constituição não-escrita, na qual se contém a regra fundamental de que os direitos de liberdade são concedidos sob a reserva de se não envolverem no seu exercício os dogmas básicos ou as decisões constitucionais relativas à substância do regime... A consequência do desdobramento desse processo dialético será, por força, a transformação da democracia, de regime relativista e liberal, em Estado integral ou totalitário... A densidade e a extensão da área de Governo tornam cada vez mais inacessíveis à opinião os problemas do Governo... As formas parlamentares da vida política são hoje resíduos destituídos de qualquer conteúdo ou significação espiritual... O que o Estado totalitário realiza é — mediante o emprego da violência, que não obedece, como nos Estados democráticos, a métodos jurídicos nem à atenuação feminina da chicana forense — a eliminação das formas exteriores ou ostensivas de tensão política... O sufrágio universal, a representação direta, o voto secreto e proporcional, a duração rápida do mandato presidencial foram meios impróprios, senão funestos aos ideais democráticos... A linguagem política do liberalismo só tem um conteúdo de significação didática, ou onde reinam os professores, cuja função é conjugar o presente e o futuro nos tempos do pretérito. Para as decisões políticas, uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu... Ora, a máquina democrática não tem nenhuma relação com o ideal democrático... O regime político das massas é o da ditadura... Não há hoje um povo que não chame por um César”.

d) Uma apologia das elites, vistas como agentes da história: “Uma Nação vale o que valem as suas elites”; “As elites políticas, se querem sobreviver, devem participar das preocupações quotidianas do povo... Da sua inteligente solução dependerá o futuro das nossas instituições políticas, o re-

gime de ordem e de liberdade... Já começam a apontar no horizonte, carregadas na crista das agitações populares, as novas elites, ainda rescendendo ao cheiro da terra e ao suor do povo”; “As transformações não se operaram pela ação da mentalidade primitiva das multidões e dos seus líderes, mas pela influência das ciências e das artes, filósofos pesquisadores, cientistas, engenheiros, artistas... As forças silenciosas e profundas continuam a atuar enquanto os líderes e as multidões fanáticas figuram de criadoras de história”.

A possível falência do Estado Novo é assim antevista por Campos: “se, apesar disto, o ideal democrático não se realizar entre nós em medida maior do que no passado, o mal não estará no regime, mas nos homens incumbidos de operá-lo.

### 7 – CAMPOS DEFINE O ESTADO NOVO, ESTADO AUTORITÁRIO

Interessante, para um confronto com a atualidade, a maneira pela qual, ideologicamente, Francisco Campos expunha o Estado Novo: “O Estado Novo não se filia, com efeito, a nenhuma ideologia exótica. É uma criação nacional, equidistante da licença demagógica e da compressão autocrática, procurando conciliar o clima liberal, específico da América e as duras contingências da vida contemporânea, cheia de problemas e de riscos e varrida de ondas de inquietação e de desordem... Nem o indivíduo se opõe ao Estado, no velho conflito, que degenera freqüentemente em agitações demagógicas da concepção liberal clássica, nem o Estado o reduz à posição de escravo segundo algumas fórmulas extremadas dos tempos modernos... Nem o exagero dos regimes totalitários, nem a criminosa negligência dos regimes puramente liberais”.

Definia o Estado Novo em termos de uma democracia não-liberal: “É desnecessário insistir em que o Estado brasileiro, sendo democrático, é também autoritário”.

Reivindicava um novo conceito de democracia — que deveria ser “substantiva” por oposição ao sentido liberal de democracia que seria “formal”; queria uma democracia que “articulasse” o País — as regiões, as classes sociais, os grupos e as facções — e não uma democracia “desarticulada” como entendia ser a democracia liberal; ambicionava uma democracia “nacional” e não uma democracia de “separatismos” e conflituosa, como seria aquela das autonomias regionalistas, dos partidos políticos, dos debates parlamentares, das greves sindicais e do egoísmo das associações profissionais deixados ao sabor de seus próprios interesses particulares, como entendia ser o comportamento do Estado liberal. Todos estes grupos e interesses seriam retirados

da órbita de uma composição contraditória e individualista onde o liberalismo os colocara, para serem integrados, segundo sua concepção autoritária, dentro do Estado e pelo Estado.

O Estado Novo seria um Estado forte, intervencionista: “Para assegurar aos homens o gozo dos novos direitos, o Estado precisa de exercer de modo efetivo o controle de todas as atividades sociais — a economia, a política, a educação... Só o Estado forte pode exercer a arbitragem justa... Não instituímos um poder despótico, mas um poder institucional forte, como expressão da soberania nacional”.

### 8 – EM 1945, CAMPOS PROPÕE ATUALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Derrotado militarmente o nazifascismo, o nosso Estado Novo é abalado e ferido de morte. Francisco Campos concede entrevista a *O Jornal*, a 3 de março de 1945, onde faz a crítica do regime estadonovista e reavalia o fascismo, o qual, segundo ele, apesar de ter assimilado o “aspecto técnico e dinâmico” das “grandes culturas históricas”, esquecera-se e traíra os “valores de sentido e direção” daquelas culturas.

Para Campos, nos idos de 45, o golpe de Estado de 1937 havia fracassado, e quase desde o início, devido sobretudo ao “mais absoluto niilismo” que passara a imperar com o seu advento, fruto da “ditadura puramente pessoal” de Vargas.

Nega que a Constituição de 1937, que ele elaborara, fosse fascista. Não só ela assegurava as prerrogativas do Poder Judiciário, como estabelecia a responsabilidade do Chefe da Nação perante o Parlamento, o qual era mantido, apesar de configurado diferentemente do Parlamento da Constituição de 1934. Além do mais, dizia Campos, o poder constituinte no regime de 37 pertencia ao povo, que seria convocado a plebiscito. Não tendo este sido convocado, o poder constituinte ficara nas mãos do próprio Chefe da Nação. Apesar disto constituir-se em tese fascista, como ele mesmo reconhecia, ainda assim nem a Constituição, nem o regime estadonovista teriam sido fascistas: — “Poderia haver ao lado ou à sombra da Constituição de 1937 ideologias ou individualidades fascistas. Eram, porém, fascistas frustes, larvados (no bom sentido latino) ou inaçabados, sem o fundo das grandes culturas históricas, cujo espírito os autênticos fascistas europeus haviam traído, assimilando o seu aspecto técnico e dinâmico e esquecendo os seus valores de sentido e direção. Mas a Constituição de 1937 não é fascista, nem é fascista a ditadura cujos fundamentos são falsamente imputados à

Constituição. O nosso regime, de 1937 até hoje, tem sido uma ditadura puramente pessoal, sem o dinamismo característico das ditaduras fascistas ou uma ditadura nos moldes clássicos das ditaduras sul-americanas”.

Campos pede, na abertura democrática de 1945, a atualização de nossas instituições políticas, assim concebida por ele: “Impunha-se, portanto, transformar as instituições políticas antes que elas fossem destruídas. Foi o que fez a Constituição de 1937... Impunha-se armar o Estado contra a agressividade dos partidos da extrema, tanto mais quanto estes partidos pretendiam, valendo-se das franquias liberais do regime, atacá-lo, nos seus fundamentos. Eles pretendiam usar a liberdade precisamente para destruí-la... Na guerra tomamos um partido e, precisamente, o partido cuja ideologia política está em manifesto desacordo com a estrutura ideológica da Constituição. Mudou a fisionomia do mundo. Na transformação operada nas nossas instituições adotamos, por motivo de estratégia política, muitos conceitos que a guerra e, particularmente, o seu desfecho tornaram caducos e inviáveis no mundo a ser modelado pelas nações vitoriosas... Não podemos, militarmente vitoriosos na guerra, deixar que subsistam motivos para sermos colocados, do ponto de vista ideológico, no campo dos vencidos. Atualizemos as nossas instituições políticas, transformando-as no sentido das correntes espirituais e culturais que já anunciam claramente a configuração do mundo de amanhã” (em *Depoimentos sobre a Situação Política Brasileira*, Rio, 1945, p. 29-30-31).

## 9. AUTORITARISMO E FASCISMO NO BRASIL

O que concluir de todo o exposto? Por que “Francisco Campos, ontem e hoje”? Nos primeiros itens procuramos mostrar — partindo do enfoque globalizante, e certamente bastante simplificado do conjunto dos interesses econômicos, políticos e ideológicos das classes dirigentes do mundo ocidental capitalista — que teria ocorrido uma “confusão”, no campo ideológico, com repercussões no político, configurando a origem comum da moderna liberaldemocracia e do fascismo.

Se na primeira fase (anos 20 e 30) a oposição entre ambos era relativa e, em alguns casos, a nível nacional, superável (o caso italiano, em parte), ela acaba por se tornar extremamente acirrada, explodindo no conflito bélico de 39.

A posterior derrota militar do nazifascismo não apagou a “missão histórica” da luta antisocialista e contrarrevolucionária, e assim, ao contrário de sepultar a ideologia fascista, levou *de fato* a liberaldemocracia a assimilar e

operacionalizar, política e ideologicamente, elementos e categorias do pensamento fascista.

Alguns dos pontos em comum, na história moderna, entre liberaldemocracia e fascismo são conhecidos: a mesma origem e os mesmos interesses de classes dominantes; contemporaneamente, o mesmo objetivo e as mesmas funções históricas fundadas na organização e na efetivação de políticas de combate ao socialismo, visando seu extermínio; o mesmo contexto, o da crise mundial do sistema econômico capitalista em sua fase monopolista; a mesma origem cultural, fundada no idealismo, no racionalismo positivista e no romantismo; o mesmo projeto global de modernização institucional e tecnológica condicionado pelos valores tradicionais humanísticos.

Por outro lado, a mesma crise geral do sistema capitalista que gerou o fascismo nos anos 20 e 30 permanece, com mais ou menos os mesmos sintomas, o que talvez nos faça desconfiar, em uma visão histórica abrangente e retrospectiva, de que a moderna liberal-democracia e o fascismo não tenham, de fato, passado de dois instrumentos, duas estratégias visando fins comuns, intercambiáveis entre si, seja em formas isoladas e relativamente opostas (anos 20 e 30), seja em forma híbrida — a atual democracia autoritária.

No Brasil, em certo sentido, a fórmula autoritária antecipou a posterior evolução ideológica mundial do fascismo em direção à democracia autoritária. Entre nós, dada a debilidade congênita de nosso liberalismo — debilidade oriunda da forte compressão social das relações de classes no longo período da escravatura —, a correlação entre o liberalismo democrático e o fascismo se realizou dentro e por meio de nosso autoritarismo em sua versão dos anos 30.

Poderíamos talvez tentar definir o nosso autoritarismo como sendo, *ao nível ideológico*, a forma de uma dominação social enraizada e estruturada em moldes escravagistas, não obstante o modo de produção e as respectivas relações sociais que embasaram esta forma de dominação ideológica terem, progressivamente, evoluído. Esta evolução teria ocorrido no sentido de formas econômicas “impuras” de capitalismo (o “plantation system”), para formas tipicamente capitalistas de produção. Melhor dito, o autoritarismo (instância ideológica) teria “permanecido” (continua a ser ideologicamente reproduzida), enquanto que as nossas estruturas econômica e política (esta última, em parte, apenas), teriam evoluído para formas historicamente mais adequadas ao desenvolvimento capitalista do País, mantendo-se este desenvolvimento, no entanto, como no passado, intrinsecamente dependente e reflexo do macro desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

Estas duas constantes, a permanência da instância ideológica, quase que sem “retoques”, e a dependência econômica face ao exterior, resulta-

riam, a nosso ver, de um lado, no controle patriarcalista, por parte das classes dominantes, do próprio corpo das classes dominadas (direito de vida e de morte sobre a existência economicamente dominada) e, de outro lado, dada a debilidade econômica relativa das burguesias dependentes face às burguesias das nações hegemônicas, na prática de níveis mais acentuados e rigorosos de repressão interna, nacional.

Por esta via talvez se explique a causa, entre nós, da permanente inexistência de um regime de opinião pública e da inexistência de um sistema de classes que se relacione, democraticamente entre si. O término econômico da escravidão não teria posto fim às relações sociais de dominação dela oriundas.

Entre nós, o “pacto coronelístico”, com seu “voto de cabresto”, seu “curral eleitoral” e suas “atas falsas” (*controle* físico sobre o corpo do eleitorado e simulação da representação política), do início de nossa República e sobrevivente praticamente até pelo menos os anos 50, constituía, a nosso ver a primeira forma política republicana de nossa ideologia autoritária, e exprime, com êxito, a forma de dominação social de tipo escravista numa sociedade de trabalho livre.

Evidentemente que a emergência do fascismo, nos anos 20 e 30, nada mais fez, no nosso caso, que fortalecer, enriquecer e modernizar, ideológica e politicamente, o nosso autoritarismo que aqui cumpria, não só as funções do fascismo no mundo, qual seja, a da violenta repressão dos movimentos socialistas, como também as de comprimir a força de trabalho e reorientar as reivindicações e os projetos políticos de outras classes, estamentos e setores dominantes, evitando que se viabilizasse um novo bloco histórico de classes no Poder, mantendo, não obstante, o objetivo de simultânea modernização institucional e desenvolvimento econômico do País.

## 10 – ATUALIDADE DE FRANCISCO CAMPOS

A trajetória ideológica de Francisco Campos e as suas formulações políticas, tanto nos anos 20 e 30, quanto no pós-45, simbolizam e resumem, em nosso entender, quase que de forma perfeita, a evolução recente do pensamento político brasileiro dominante.

Nos anos 20 fala uma linguagem tipicamente liberalconservadora, antirevolucionária; nos anos 30, seu discurso e sua prática política e burocrática são modernizantes e autoritárias. Nesta fase, não obstante os inúmeros temas e inspirações fascistas incorporados ao seu ideário, bem como a atmosfera generalizadamente fascista do mesmo, Campos procura sempre concei-

tuar seu “Estado Forte” não como um Estado totalitário (ao contrário do fascismo e do nacional-socialismo que insistiam nisto), mas sim como um Estado democrático não liberal. É em nome da democracia que ele procura falar quando define o Estado Novo, recém instaurado: “É desnecessário insistir em que o Estado brasileiro, sendo democrático, é também autoritário”. Jamais ele próprio se reconhecera fascista. Chamamos a atenção para estas suas palavras: “O Estado Novo não se filia, com efeito, a nenhuma ideologia exótica. É uma criação nacional, equidistante da licença demagógica e da compressão autocrática, procurando conciliar o clima liberal, específico da América e as duras contingências da vida contemporânea, cheia de problemas e de riscos e varrida de ondas de inquietação e de desordem”.

Com a derrota militar do nazifascismo (aqui, a queda do Estado Novo), ele sugere, face às “contingências do momento”, a “atualização” do ideário político autoritário adotado antes da guerra, segundo ele, por “estratégia” (“contingências do momento”, “atualização” e “estratégia” são termos do próprio Campos).

Nosso autoritarismo tem se mostrado extremamente flexível. Eis como se exprime Campos, ainda no *tournant* da derrota nazi-fascista (1945): “As formas políticas não são um dado constante ou invariável, são atos e como tais sujeitos às contingências da atualidade, às dominantes espirituais que informam, em dado momento, o pensamento político e o sentimento público. Ora, as forças plásticas que neste momento dominam o pensamento político e o sentimento público, são de fundo democrático, e, assim sendo, é inútil qualquer tentativa destinada a subtrair à sua influência a modelagem das instituições políticas”.

Nos anos 60, finalmente, quando subscreve, como co-autor, o Ato Institucional nº I, que vinha abrir todo um novo ciclo de autoritarismo no País, dirá: — “O Brasil nunca perdeu de vista que, embora integrado no concerto geral das nações, a sua família próxima, a sua vocação imediata, o meio através do qual ele participa das combinações mundiais, é a América, a nossa paisagem moral, o nosso sistema de princípios e de idéias”.

Estas poucas citações, se devidamente articuladas, ficam pois como indícios para uma compreensão mais aprofundada e original de nosso autoritarismo, na sua talvez melhor e certamente mais funcional versão, produzida de dentro do próprio aparato estatal, que é a de Francisco Campos. É de se assinalar que ele jamais descartou conceitualmente a democracia como nossa vocação política — uma contingência, para ele, certamente de nossa situação americana —, buscando realizá-la, flexivelmente, em períodos históricos alternados de liberalismo e de ditadura, através *sempre* de instrumentos e políticas compressivas e autoritárias.

Assim, enquanto permanecerem as condições políticas que possibilitem o exercício de uma “democracia autoritária”, “organizada” e “eficiente” (como reclamaria Campos já em 1921), onde as preocupações com a ordem sejam essencialmente superiores às preocupações com a liberdade, uma democracia concedida, e não disputada e conquistada pelo povo, permanecerá igualmente a atualidade de Francisco Campos, ontem e hoje.

### BIBLIOGRAFIA DE FRANCISCO CAMPOS

- A Doutrina da População*, Rio, Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1916.  
*Introdução Crítica à Filosofia do Direito*, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1918.  
*Opiniões e Debates*, Belo Horizonte, Ed. Ariel, 1921.  
*Pela Civilização Mineira*, Belo Horizonte, 1930.  
*Educação e Cultura*, Rio, Liv. José Olympio Editora, 1940.  
*Antecipações à Reforma Política*, Rio Liv. José Olympio Editora, 1940.  
*O Estado Nacional*, Rio, Liv. José Olympio Editora, 1940.  
*Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 10/novembro/1937.  
*Direito Constitucional I.*, Rio, Ed. Forense, 1942.  
*Atualidade de Dom Quixote*, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1967.  
“Problemas Cruciais da Economia Brasileira”, *Digesto Econômico*, maio, 1954.  
“O direito de Propriedade e sua Garantia em Face da Constituição”, *Digesto Econômico*, 1969.  
Entrevista a *Vanguarda*, 14 de outubro de 1942.  
Entrevista a *O Jornal*, 3 de março de 1945.  
Entrevista ao *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1962.  
Entrevista a *O Globo*, 20 de janeiro de 1962.